

Simpósio Temático: A cidade-metrópole portuária e seus territórios: impactos e desafios.

Título: Os impactos das atividades petrolíferas na produção do espaço urbano em Vitória (ES).

Autor: Lizele Sthel Costa. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo: O Espírito Santo vive atualmente um período de grande expectativa de crescimento, sobretudo econômico, pelas descobertas de petróleo e gás em seu território. A indústria petrolífera, reconhecida pelos altíssimos investimentos e significativos impactos, já deu início a sua atuação no estado no chamado terceiro ciclo econômico do Espírito Santo. Tal ciclo teve como antecessores o período do café, até a década de 60, e o ciclo industrial, a partir da década de 70. A exemplo dos impactos observados nos municípios relacionados à Bacia de Campos, e das conseqüências do segundo ciclo econômico do estado sobre a capital, o ciclo industrial, o presente trabalho analisa os possíveis desdobramentos referentes às atividades petrolíferas sobre o território de Vitória, município que centraliza os principais equipamentos de logística e serviços especializados para a cadeia do petróleo, e que tende a acumular também as conseqüências da mesma.

Palavras chave: Industrialização, impactos urbanos, processo de metropolização.

Abstract: Nowadays, the Espírito Santo lives a period of great expectations of growth, particularly economic, by the discoveries of oil and gas in its territory. The oil industry, recognized by the very high investments and significant impacts, has already started its operations in the state at the third economic cycle called of Holy Spirit. This cycle had how its antecessors, the coffee period, until the 60's, and the industrial cycle, from the 70's. To example of the impacts observed in the municipalities related to the Bacia de Campos, and the consequences of the second economic cycle of the state over the capital, the industrial cycle, the current job examines the possibles consequences relating to petroleum activities on the territory of Victoria, municipality which centralizes the main logistics equipment and specialized services for the oil chain, which also tends to accumulate the consequences.

Key words: industrialization, urban impact, process of urban.

Os impactos das atividades petrolíferas na produção do espaço urbano em Vitória (ES)¹

Introdução

O Espírito Santo vive atualmente um período de crescimento de diversas ordens, dentre as quais se destaca o crescimento econômico e a expectativa de desenvolvimento pela descoberta de novas jazidas de petróleo e gás no litoral do estado. Esse processo dá continuidade a um crescimento observado nos últimos 30 anos, medido pelo PIB, o qual passou de uma participação de 1,2% em 1970 para 1,9% em 1997, chegando a 2,27% em 2007 no total do PIB brasileiro. Dessa forma, inicia-se o chamado terceiro ciclo econômico do Espírito Santo, que teve como antecessores o ciclo do café até a década de 1960 e posteriormente o ciclo industrial, consolidado a partir da década de 1970 com a implantação de grandes empresas, como a Aracruz Celulose, Samarco e Companhia Vale do Rio Doce.

Os aparelhos produtivos da atualidade incorporam a lógica da fragmentação e da dispersão da cadeia produtiva, e atuam nos territórios escolhidos para abrigar suas operações ignorando suas características e particularidades ambientais, sociais e culturais. O aparato das infraestruturas de instalações industriais e de logística (portos, rodovias, ferrovias, centrais de abastecimento, de armazenagem, de comunicação, e outras estruturas necessárias) pode aumentar os problemas sócio-ambientais presentes nas cidades, caso não haja uma preocupação com o desenvolvimento sustentável desses territórios com o mesmo grau de importância que é direcionada ao desenvolvimento econômico. A supervalorização de determinadas áreas dentro da cidade em consequência do desenvolvimento econômico é um fator relevante em relação à perda de qualidade urbana, agravando o quadro de desigualdades, segregação social, proliferação de subúrbios, deterioração ambiental, mudança da paisagem urbana, perda de identidade e das relações da população com a cidade, etc.

Baseado na análise do segundo ciclo econômico no Espírito Santo, tais problemáticas revelam-se de maneira expressiva, representando um panorama do que pode vir a se repetir com o ciclo econômico relativo à exploração do petróleo. Durante

¹ Este trabalho resulta de nossa dissertação de mestrado de título homônimo, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e concluída em 2010.

o ciclo industrial, a economia capixaba e a aglomeração urbana cresceram de maneira considerável trazendo conseqüências não levadas em consideração previamente. Por se tratar de um setor implantado em sua maior parte na região de influência imediata de Vitória, a concentração das atividades produtivas, os investimentos e os impactos concentraram-se nessa microrregião, o que acelerou o processo de urbanização da capital do estado e dos municípios vizinhos gerando uma região metropolitana.

O Espírito Santo alcançou certo destaque dentro do cenário nacional com função estratégica para a economia, mas, obteve em conseqüência disso, os efeitos negativos resultantes, tais como desigualdades em termos de apropriação das riquezas provenientes da industrialização e má distribuição das novas oportunidades, bens e serviços criados. Os valores e manifestações da cultura local entraram em declínio, surgiram grandes bolsões de pobreza nas periferias e a qualidade de vida decaiu juntamente com as condições de habitação, saúde, educação e transporte.

Assim como se observa em alguns municípios produtores de petróleo no país, e a exemplo do que aconteceu com a vinda de grandes empresas para o estado, a descoberta dessas jazidas intensifica o processo de metropolização e expansão imobiliária, cujos impactos já podem ser sentidos na valorização de imóveis e no processo de verticalização dos municípios capixabas envolvidos.

Além disso, a indústria petrolífera, assim como os demais constituintes do setor energético, tem um alcance muito grande atingindo várias cadeias de produção, uma vez que seus derivados proporcionam uma gama significativa de outros segmentos produtivos e geram diversos focos de crescimento e especulação imobiliária pela cidade (CAÇADOR, 2005: 9). Outro ponto relevante a respeito da exploração do petróleo é o fato dos municípios produtores possuírem elevadas receitas orçamentárias e um maior potencial de investimento no município (TERRA, GIVIGIEZ & OLIVEIRA, 2007: 2).

O potencial de investimento no município e a especulação imobiliária são fatores que contribuem com o processo de desigualdade sócioespacial dentro de um território. A distribuição dos *royalties*² do petróleo pelo poder público em algumas

² Importância paga para ter direito ao uso ou comercialização de um produto. A cobrança dos *royalties* existe desde a edição da Lei nº 2.004, de 1953. Apesar disso, estes só passaram a ganhar expressividade em termos monetários após a publicação da Lei nº 9.478, de 1997. Com esta última lei, que reformulou o quadro institucional do setor petrolífero nacional, foram estabelecidas as chamadas participações governamentais, vale dizer: bônus de assinatura, pagamento pela ocupação ou retenção da área, *royalties* e participações especiais. Destas quatro, apenas os recursos originados das duas últimas são repartidos entre União, Estados e municípios.

idades petrolíferas tem beneficiado um determinado grupo sócioespacial através da aplicação pontual dos investimentos, ao invés de diminuir as desigualdades existentes, vem reforçando-as (TERRA, GIVIGIEZ & OLIVEIRA, 2007: 2). Em consequência disso, surgem inúmeros problemas urbanos, tais com: processos de gentrificação de áreas centrais, isto é, o deslocamento da população de baixa renda para a periferia, excluindo-a social e territorialmente (GLÓRIA, 2005); rápido adensamento de centros urbanos e crescimento desordenado; problemas relacionados à falta de acessibilidade, ao tráfego de veículos, poluição e outros. A essas problemáticas segue-se o fato da exploração do petróleo ter um prazo limitado, o que pode ocasionar um esvaziamento urbano tão rápido quanto o inchaço que se verifica nestas cidades, provocando consequências semelhantemente danosas.

A Grande Vitória começa a sentir os efeitos relacionados a problemática mencionada, pois concentra uma base urbano-industrial apoiada numa infraestrutura logística, na qual se destaca o complexo portuário, com ofertas de serviços diferenciados e com capacidade de internalizar as oportunidades surgidas pela exploração do petróleo. Essa região é a principal área urbana próxima aos municípios onde haverá a exploração, o que significa uma oferta de uma série de serviços, atendendo às demandas específicas das empresas operadoras e da massa salarial gerada por ela. Nesse contexto, o município de Vitória se torna alvo das consequências do ciclo econômico emergente no estado, embora não seja produtor direto do petróleo.

Tendo em vista os possíveis resultados do novo ciclo no processo de metropolização da Grande Vitória, o presente artigo discute as dinâmicas da industrialização a partir da década de 70, com a perspectiva de identificar possíveis desdobramentos das atividades petrolíferas na continuidade da explosão do território de Vitória.

Processos produtivos e metropolização do território

Nas últimas décadas, o sistema produtivo mundial passou por transformações deixando de se constituir num sistema verticalmente integrado das grandes organizações. Sua estrutura dedicada à produção em massa de mercadorias padronizadas, com relação salarial e organização da produção extremamente rígida, se modificaram, tornando-se arranjos produtivos reticulares horizontais, baseados na

busca por novos mercados e na diminuição dos custos de produção. Tais alterações impulsionam a realocação dos segmentos produtivos em regiões que ofereçam baixos valores salariais e com maiores ofertas proporcionados pela terceirização de operações de produção e de serviços. A lógica da fragmentação e dispersão está embutida no aparelho produtivo da atualidade e fundamentada na associação do conhecimento tecnológico e da informação. Novos métodos de gestão, juntamente com a disseminação da informática e dos recursos eletrônicos, tornaram os processos produtivos altamente flexíveis, proporcionando uma redução nos custos da produção e permitindo às empresas atender às mais variadas, personalizadas e sofisticadas exigências dos clientes (SILVA; MONIÉ, 2003).

No âmbito da acumulação do capital, o aprimoramento da tecnologia faz-se necessária como forma de anular o espaço pelo tempo. O modo capitalista de produção tem no aprimoramento da logística base fundamental e inevitável: “O imperativo da acumulação implica conseqüentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais” (HARVEY, 2006). Para tanto, promove alternativas mais baratas e rápidas de transporte e comunicação, visando atingir mercados distantes sem demandar excessivo tempo de giro do capital, o que ocasionaria menor rendimento da mais-valia. Do ponto de vista da circulação do capital, o espaço aparece como inconveniência, como uma barreira a ser superada, canalizando grande esforço de superação dos obstáculos espaciais (HARVEY, 2006). Dessa forma, a circulação e todo o aparato e desenvolvimento tecnológico necessários para aumentar a velocidade da produção e da distribuição tornam-se aspectos integrantes dentro do processo produtivo. Os mecanismos de logística, de comunicação e de tecnologia vendem a compressão do espaço pelo tempo.

O desenvolvimento das tecnologias e comunicações permite às redes, atualmente mais complexas, um alcance global onde partes significativas da economia estão desmaterializadas e digitalizadas, podendo viajar ao longo dessa rede com grande velocidade. Entretanto, apesar da constituição de um amplo território eletrônico de relevante abrangência, proporcionada pela tecnologia da informação, não existe nenhuma empresa totalmente virtual. Os espaços não eletrônicos também abrigam parte das atividades empresariais e financeiras, mas estes possuem características físicas as quais estão sujeitas às transformações tecnológicas que informatizam a economia e globalizam os mercados. São os centros que reúnem os recursos

avançados e fundamentais para o controle das empresas e do comércio (SASSEN, 1998).

Ao mesmo tempo em que há uma dispersão das indústrias para incorporar novos mercados e organizar o processo produtivo objetivando o aumento da lucratividade, há também uma concentração espacial dos serviços avançados, relacionados à indústria tais como finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, assessoria jurídica, publicidade, projetos, relações públicas, segurança, coleta de informações, inovações científicas e pesquisa. Existem, também, as maiores oportunidades de aperfeiçoamento pessoal, status social e auto-satisfação dos profissionais liberais de nível superior, por conta das demandas por serviços, tais como boas escolas, entretenimento e arte.

Esses serviços concentram-se em áreas metropolitanas de maior relevância com nova função estratégica dentro do contexto de dispersão e integração global. As cidades acostumadas a serem centros de comércio e atividades bancárias ao longo de sua história, funcionam agora como pontos de comando da organização econômica mundial. Essas cidades são localização-chave das empresas financeiras e dos serviços especializados, como locais de produção da inovação relativos a importantes setores industriais e como mercados para produtos e inovações produzidas (SASSEN, 1991 apud CASTELLS, 2001).

De acordo com Carlos (2003: 78), o processo de acumulação se generaliza no espaço e torna-se ao mesmo tempo condição e fruto deste processo, ou seja, determina as condições espaciais que o tornam possível e resultam desta configuração espacial. Neste contexto, a urbanização aparece como produto determinado pelo sistema produtivo em função de novas possibilidades e necessidades de realizar a acumulação, ao mesmo tempo em que é um instrumento do ponto de vista da acumulação do capital. Este instrumento é utilizado pelo Estado como forma de dominação estruturante da reprodução das relações sociais e de produção.

Os territórios da metrópole resultam sobretudo dos interesses econômicos e dos meios de produção, conseqüentemente são diretamente impactados pelas transformações do setor produtivo industrial. Atualmente, esse setor passou a se apoiar no crescimento do setor terciário moderno baseado em serviços, comércio, atividades financeiras, etc. Essas transformações exigem a produção de um novo

espaço adequado à condição de acumulação que acontece com a expansão da área central da metrópole mediada pela atuação do Estado. O espaço metropolitano se submete cada vez mais ao mercado imobiliário como nova estratégia para acumulação através dos empreendedores e das políticas do Estado. O uso do espaço e o acesso da sociedade a ele se transformam em consequência desse processo, já que o valor de troca impresso no lugar se impõe ao uso. Os modos de apropriação do espaço passam a ser determinados pelo mercado transformando o espaço do consumo em consumo do espaço (CARLOS, 2003: 79).

A metrópole é então transformada na “cidade dos negócios” pela necessidade de reprodução do capital com mudanças constantes nas formas urbanas e na sua função. As residências e galpões industriais dão lugar aos grandes edifícios de vidro, centros de negócios, *shopping centers* e igrejas evangélicas. As atividades econômicas desconcentram-se da indústria, migrando para o setor financeiro e de serviços modernos com atividades voltadas ao turismo, lazer, cultura, etc., (CARLOS, 2003: 81) e requerem novos espaços adequados às suas finalidades.

O território torna-se, assim, um elemento essencial dentro do processo produtivo atual, ainda que seja tratado como mercadoria ou objeto integrante de seu funcionamento. A globalização agrega valores de acordo com o que lhe interessa ou possa oferecer às empresas. O território é utilizado de forma a privilegiar tais empresas, as quais comandam o lugar e a vida social. As empresas escolhem os locais que lhes são pertinentes, agindo sem se importarem com os efeitos dessa inserção no ambiente que as circundam, objetivando absorver as vantagens dos contextos em que se inserem, tendo sempre em vista a lógica de acumulação do capital. A relação global surgida entre as empresas e entre as economias como um todo compromete as políticas econômicas nacionais, pois coloca os interesses específicos do Estado em cada nação ligados diretamente aos objetivos das empresas. O Estado fomenta o desenvolvimento tecnológico e a infraestrutura de produção das indústrias como forma de promover o aumento da produtividade e contribuir com sua competitividade no mercado mundial (CASTELLS, 2001).

A indústria petrolífera no Brasil, apesar de ser uma empresa estatal, atua no território brasileiro de acordo com o formato das empresas globais, extraindo todos os benefícios para o desenvolvimento da empresa, deixando em segundo plano os interesses dos cidadãos comuns. As elevadas receitas dos municípios onde há

exploração do petróleo e os altíssimos investimentos no setor não reduziram as desigualdades existentes, mas, sim, evidenciaram mais o problema, caracterizando uma ineficácia da participação do governo nesse setor em relação ao desenvolvimento igualitário das regiões petrolíferas. Todas as características, necessidades, formas de atuação e conseqüências das empresas globais são características também da indústria petrolífera, a qual tem como especificidade a forma mais veloz e conseqüentemente mais violenta das transformações as quais proporciona.

Os impactos das atividades petrolíferas nos territórios

A indústria petrolífera teve grande participação nas transformações do sistema produtivo mundial das últimas décadas, ao modificar profundamente a economia, a sociedade e o espaço dos países produtores. O papel desenvolvido por essa indústria no mundo vai muito além do desempenho de suas unidades de operação, que se supõe isoladas em alto mar e nos desertos, ou ainda da importância de seus derivados para o consumo. Os desdobramentos dessa atividade apresentam a capacidade de interferir diretamente nas dinâmicas sócio-espaciais do lugar em que está estabelecida e nos territórios que se relacionam com essa produção, em qualquer parte do globo (SOUZA, 2004 apud AJARA, NETO, 2006).

O petróleo e o gás natural iniciaram um processo intenso de industrialização ao fornecerem divisas, energia e matéria-prima. Entretanto, os países produtores não se limitaram a desenvolver sua indústria petrolífera, mas utilizaram a renda do petróleo para financiar projetos industriais e infraestruturais que lhes permitiram escapar da mera condição de provedores de recursos primários (FERNANDES; SILVEIRA, 1999). Entretanto, o setor do petróleo, habituado a uma participação direta do Estado com a atuação das empresas estatais, vem passando desde a década de 80 por mudanças em sua estrutura. Novos arranjos institucionais vêm emergindo com a finalidade de aumentar a eficiência do setor energético e ampliar suas atividades por meio da integração dos participantes dessa cadeia dentro do contexto da globalização. A produção *offshore* e o desenvolvimento tecnológico proporcionaram a expansão no número de poços em produção, diminuindo a renda diferencial dos países produtores (FERNANDES; SILVEIRA, 1999).

Dessa forma, a produção do espaço urbano configurou-se pela lógica dos interesses das empresas, onde o governo é ineficaz na atuação que priorize as

necessidades específicas da sociedade, tal como afirma Castells (2001). A emergência das economias petrolíferas impactou diretamente sobre a organização do espaço, o qual sofreu um forte aumento do fluxo migratório em direção às áreas favorecidas pelos investimentos e um intenso processo de urbanização. Surgiram aglomerações as quais cresceram de forma descontrolada, sem os serviços básicos coletivos para atender às demandas populacionais, as quais marcaram o processo de urbanização decorrente do petróleo por segregação sócio-espacial, a exemplo da cidade dos funcionários das grandes firmas e a cidade do restante da população à margem das atividades petrolíferas. A paisagem que emergiu desse processo foi constituída pela imagem da usina poluente de grande porte (SILVA; MONIÉ, 2003).

O espaço urbano em vários países produtores sofreu profundas modificações em suas estruturas com o crescimento acelerado da população. O contingente de migrantes atraídos por melhores condições de emprego, acesso ao consumo e inserção na sociedade moderna foi maior do que a necessidade da economia, gerando uma divisão sócio-espacial constituída pelos incluídos nas atividades petrolíferas e pelo excedente populacional não aproveitado pelo setor, mas aplicados como mão-de-obra abundante e barata em serviços domésticos ou subempregos.

Segundo Silva e Monié (2003), há uma mudança na hierarquia urbana regional definida pela emergência das “ilhas de produtividade”, isto é, não há necessariamente um aproveitamento de uma rede urbana existente com concentração das atividades de comércio e serviços centrais em um lugar pré-determinado. Os serviços especializados de apoio às empresas, as infraestruturas logísticas, os equipamentos industriais e os grandes centros de decisão são capazes de fazer emergir novos centros produtivos em detrimento das capitais regionais históricas. Os atores pertencentes a essa indústria organizam o espaço de modo seletivo, onde as áreas produtoras funcionam como “campos de fluxos”, articulando nós de uma rede de plataformas, unidades industriais, portos, heliportos, dutos, aeroportos, estações de processamento, e demais equipamentos de captação e distribuição dos fluxos de óleo e gás, bens, homens e informações.

A indústria de petróleo e gás necessita de avanços tecnológicos relacionados a todas as suas etapas, como a escolha dos equipamentos adequados, estruturas e sistemas de produção apropriados a determinado campo/poço descoberto, e a verificação da disponibilidade e viabilidade de uma base tecnológica e econômica para

levar adiante tais projetos. Muitas vezes é necessária a criação de novas tecnologias para extrair os recursos, dando origem a uma área estratégica dentro do processo para o avanço da produção, em especial da produção *offshore* em ambientes de grande hostilidade.

No Brasil, observa-se a preponderância da participação da produção *offshore* em águas profundas no atendimento da demanda nacional, que somado à produção de novos campos e às descobertas recentes deverão possibilitar a auto-suficiência nos próximos anos. Para enfrentar as restrições exploratórias nesses ambientes e nas demais regiões, a inovação tecnológica vem desempenhando um papel fundamental na redução das incertezas nas fases de exploração e de produção de petróleo, aumentando as probabilidades de sucesso e tornando novas jazidas viáveis economicamente.

Isso demanda um grande número de firmas especializadas capazes de lidar com a complexidade das atividades e dos conhecimentos multidisciplinares necessários para solucionar os desafios desse tipo de extração. Estas firmas tendem a se organizar geograficamente próximas, formando concentrações industriais dinâmicas que evoluem com o tempo e passam a ser apoiadas por uma grande rede de fornecedores onde as operadoras de petróleo atuam como empresas âncoras. Há, também, o suporte das organizações como universidades, escolas técnicas, centros de pesquisa, associações e outros (SILVESTRE; DALCOL, 2008 apud SILVESTRE, 2009).

As operadoras e fornecedoras de equipamentos e serviços *offshore* possuem grande participação no avanço tecnológico das atividades de exploração e produção do petróleo dos últimos anos, com investimentos intensos em pesquisa e desenvolvimento para viabilizar a extração em águas ultra-profundas e, ao mesmo tempo, reduzir os custos operacionais. As barreiras técnicas são transpostas através da aplicação pesada de recursos nesse setor.

Silva e Monié (2003) afirmam que o alcance das atividades petrolíferas e para-petrolíferas vai além de sua estrutura espacial produtiva. A mão-de-obra pouco qualificada costuma residir onde trabalha, mas os trabalhadores com maior qualificação ocupam bairros novos ou municípios que oferecem melhor qualidade de vida. A própria organização de trabalho nas plataformas favorece essa dinâmica, pois evitam os deslocamentos pendulares diários dos plataformistas (IGEO, 2003 apud

SILVA; MONIÉ, 2003). Essa redistribuição da população evidencia as discrepâncias no processo de transformação do espaço urbano com surgimento de novas formas de segregação sócio-espacial.

Ao mesmo tempo em que se observa o enriquecimento de parte da população, aumenta o número de trabalhadores sem qualificação. Esse fato é observado na configuração do espaço urbano constituído de áreas residenciais de alto padrão social e o crescimento de bolsões de pobreza; o aumento das desigualdades intra-regionais entre campo e cidade ou de centros urbanos mais ou menos inseridos na nova economia regional.

O caráter desigual dos espaços dos trabalhadores inseridos no mercado moderno com melhor renda e poder de consumo, elevado grau de mobilidade, equipamentos e serviços de qualidade, confrontado com os espaços da população excluída dos benefícios da economia petrolífera, tem efeitos complexos sobre a organização do espaço como um todo. Bairros incluídos e excluídos dos circuitos modernos de produção e consumo dão continuidade à clássica dualidade entre bairros burgueses e bairros proletários. O que se observa, na prática, é a extrema oposição entre as áreas ocupadas pela população carente e as áreas exclusivas à elite dos trabalhadores vinculados ao setor petrolífero – condomínios residenciais, equipamentos de consumo e culturais fechados. Além dos espaços desiguais, o inchaço urbano acelerado tem papel preponderante na ocupação não planejada em locais inapropriados como beiras de estradas, de cursos d'água e demais locais periurbanos, os quais demandam serviços urbanos não condizentes com a capacidade dos governos em atendê-los e que resultam num quadro de precariedade das condições de moradia, serviços e equipamentos coletivos (SILVA; MONIÉ, 2003).

Há uma sensível mudança nos hábitos culturais das cidades produtoras, bem como dos municípios limítrofes ou próximos, devido à entrada de novos agentes econômicos que impõem uma cultura empresarial e transformam a vida, sobretudo nos locais cuja economia anterior era basicamente agropastoril. A transformação dos hábitos de consumo e dos modos de vida impulsiona estratégias de moradia, comércio, equipamentos culturais e comerciais com a sofisticação dos espaços direcionados ao consumo. Alguns desses espaços oferecem amenidades como piscinas, quadras de esportes, espaços de sociabilidade e equipamentos como bares e restaurantes, tudo isso fechado em condomínios, muitas vezes em áreas de praia ou

lagoas, numa espécie de artificialização da vida urbana e que contrasta significativamente com as áreas centrais reais. No comércio local há uma proliferação de concessionárias de automóveis, lojas de produtos eletro-eletrônicos e dos *shoppings centers*, ícones da entrada na modernidade e nos circuitos de consumo. Todos esses novos estabelecimentos e construções são responsáveis pela constituição de uma nova paisagem urbana.

A exploração petrolífera sustenta ambiciosos projetos de crescimento econômico, industrial e de gestão do território que sofre significativos impactos, positivos e negativos. As políticas públicas parecem apostar no modelo de desenvolvimento das indústrias de base, com investimentos em infraestruturas e comunicação. No caso das cidades que não possuem a exploração direta, há uma tentativa de atrair o capital com oferecimento de vantagens às empresas nacionais e transnacionais. Os governos locais, vistos como agentes responsáveis pela indução do crescimento em seus espaços entram na competição pela atração de indústrias, embora se saiba que algumas destas se desenvolvem sem garantir o crescimento do restante da economia, isto é, não induzem mudanças qualitativas no aparelho produtivo local (AJARA, NETO, 2006).

Os impactos das atividades petrolíferas no Espírito Santo

No âmbito nacional, as regras do jogo do petróleo foram definidas pela própria natureza desta indústria, as quais se caracterizam por uma extrema dinâmica. A Petrobras detém a maioria dos blocos do Espírito Santo dentro da repartição das áreas sedimentares brasileiras, com associação a parceiros privados para explorá-las, com terceirização de praticamente toda sua produção. O Espírito Santo se estabeleceu como uma nova fronteira da Bacia de Campos, considerada a mais produtiva do Brasil. Ela entra em águas capixabas e expande-se para o norte, na denominada Bacia do Espírito Santo.

Apesar da grande atuação da Petrobras em terras capixabas, os impactos não se restringem a ela. Devido às peculiaridades do setor, o qual necessita de elevados investimentos e possui retorno demorado caracterizando um alto risco, a formação de parcerias entre as companhias e com investidores se tornou um hábito, tal como se verifica nas companhias internacionais. A exploração, especialmente em águas profundas, demanda uma série de firmas especializadas capazes de lidar com

os desafios dessa extração. A implantação dos equipamentos da empresa sobre o território, pautadas pela melhor forma de acumulação do capital, modificam a paisagem dos lugares em que se inserem. Entretanto, a Petrobras, funcionando como uma espécie de âncora pela demanda de outras empresas que lhes dão suporte e viabilidade faz com que essas se proliferem junto à estatal. A Petrobras possui um cadastro de fornecedores, desejado por diversas micro e pequenas empresas que convivem com as unidades de negócios da companhia pelo país, terceirizando praticamente todos os seus serviços. As oportunidades comerciais para essas empresas, no entanto, não se encontram apenas no âmbito da Petrobras. Elas também existem nas grandes empresas contratadas pela companhia e ao longo de toda a cadeia produtiva de petróleo e gás.

A existência de minério e gás no Espírito Santo caracteriza a vocação natural do estado para o incremento das atividades de siderurgia, por exemplo. A Petrobras possui acordos com a Samarco e a VALE, grandes empresas que também funcionam como âncoras na atração de outras, e com capacidade para gerar significativos impactos no território, como já ocorreram no segundo ciclo econômico do estado. Os investimentos dessas empresas são altíssimos e geram grande expectativa para as regiões envolvidas.

O Espírito Santo tornou-se um lugar atrativo para o desenvolvimento dos negócios relacionados ao petróleo não só por suas jazidas e pela atração da Petrobras, mas também pela sua infraestrutura portuária e ferroviária. O setor portuário, necessário especialmente à cadeia de suprimentos que dará suporte às operações *offshore*, deve ser apoiado por atividades como serviços de assistência técnica, de pesquisa, de fornecimento de equipamentos, peças de reposição, entre outros, além da oferta de mão-de-obra qualificada, as quais deverão ser desenvolvidas por meio de competência científica e tecnológica que respondam às demandas que se configuram.

Apoiados pela rede logística, as atividades econômicas e seus impactos espalham-se pelo território, reconfigurando a paisagem urbana com a instalação dos equipamentos, bem como das instituições que comandam e apóiam a produção. As atividades petrolíferas se encontram instaladas em diversos pontos do território capixaba. A sua dispersão tornou-se possível por meio do avanço tecnológico dos últimos tempos, onde as empresas podem funcionar à distância, atuando em diversos

lugares e mercados, de acordo com seus interesses. No entanto, mesmo dotada de uma característica descentralizadora, há uma concentração das atividades de serviços avançados, tal como fora explicitado anteriormente. As atividades financeiras e de serviços concentram-se em áreas metropolitanas de maior relevância com função estratégica dentro do contexto de dispersão e integração global (SASSEN, 1991 apud CASTELLS, 2001).

As empresas capixabas de bens e serviços têm se desenvolvido por meio das atividades do setor petrolífero. A exemplo das parcerias da Bacia de Campos, as indústrias têm se associado a outras de caráter nacional, como forma de capacitação e melhor forma de atender às exigências do setor. Cerca de 131 empresas estão certificadas pela Organização Nacional das Indústrias do Petróleo (Onip), representando um crescimento no setor. Entretanto, a capacidade estadual em atender às demandas petrolíferas é ainda considerada baixa. Muitos dos equipamentos adquiridos pela Petrobras não são provenientes do estado pelo fato de não serem encontrados fornecedores locais para a aquisição de bens e serviços. Isso demonstra que apesar dos investimentos em tecnologia, ainda há uma deficiência no setor a ser suprida. A escassez de projetistas capixabas na área tem atravancado a inserção de outros setores no ciclo do petróleo, como o setor metal mecânico. A adaptação das empresas locais está acontecendo, mas demanda certo tempo.

Apesar das expectativas para as empresas capixabas, verifica-se um deslocamento de empresas de outro estado para o Espírito Santo. Geralmente, as grandes empresas tendem a instalar escritórios de representação ou filiais nos locais que lhes são interessantes, mas o que tem se verificado é a transferência de algumas empresas, passando a atuar exclusivamente no estado. Além das oportunidades geradas pelo petróleo, muitas dessas empresas têm interesse na infraestrutura de exportação existente no estado numa combinação de petróleo e logística. A instalação dessas indústrias acontece então na Região Metropolitana da Grande Vitória e na capital do estado propriamente dita, onde está localizada a base de operações portuárias.

As empresas que vêm se instalando no município de Vitória, bem como a proliferação das instituições de ensino, as expectativas geradas pelas previsões de investimentos e a geração de emprego e renda, são importantes pilares na atração de pessoas para o estado, sobretudo para a capital de Vitória. Em decorrência do

aumento populacional e da expectativa de elevação desses números, o mercado da construção civil está em franca expansão. Segundo censo imobiliário realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo (SINDUSCON) verifica-se um número expressivo de construções nos bairros mais nobres da Região Metropolitana da Grande Vitória. Apesar dos números serem significativos em todos os municípios, a capital do estado ainda é a cidade mais visada no setor da construção civil. Seu território apresenta escassez de terrenos para a construção e é disputado pelos grandes empreendimentos imobiliários e pelas instalações industriais. O cenário de violenta verticalização é visto como um momento de “boas vibrações” e excelentes oportunidades pelo setor imobiliário. A falta de lotes disponíveis para a instalação dos empreendimentos, juntamente com a procura excessiva por moradias próximas às oportunidades econômicas advindas do ciclo petrolífero, situadas na maioria em Vitória, é comemorada pelos agentes desse setor. Essa atitude demonstra o caráter perverso do mercado imobiliário sobre o território local, ignorando a seriedade dos impactos sobre a cidade em nome da acumulação do capital.

A preferência das empresas em se concentrar na capital do estado, o crescente número de serviços relativos à cadeia petrolífera, assim como a atuação da especulação imobiliária sobre o território de Vitória são fortes indicadores dos desdobramentos da indústria do petróleo no estado do Espírito Santo. A estrutura produtiva do estado e da capital passa por mudanças, influenciando nas diversas áreas das atividades humanas, bem como nas características físico-territoriais da região. Dentro do contexto de dispersão que caracteriza a indústria atual, com objetivo de incorporar mercados e organizar o processo produtivo, observa-se paradoxalmente uma concentração de serviços avançados em apoio à indústria tais como finanças, seguros, bens imobiliários, consultorias, assessoria jurídica, publicidade, projetos, relações públicas, segurança, coleta de informações, inovações científicas e pesquisa (SASSEN, 1991 apud CASTELLS, 2001).

No âmbito da atuação da Petrobras e demais indústrias do setor do petróleo, Vitória se configura como nó de atração das atividades relacionadas à cadeia do hidrocarboneto, sobretudo por fornecer e centralizar uma infraestrutura interessante à acumulação do capital. As conseqüências dessa atuação fazem-se sentir na conformação desigual que impulsiona o crescimento do município, comum à ação da nova ordem econômica estabelecida mundialmente sobre os territórios: serviços de

alto custo e qualidade direcionados aos executivos e ausência de serviços básicos ou de pior qualidade aos trabalhadores de cargos inferiores das empresas com baixo poder aquisitivo (SASSEN, 1998).

Considerações finais

A indústria do petróleo é dotada de fortes e poderosos interesses econômicos e políticos, onde a expectativa de crescimento tem como protagonistas atores e agentes estrategicamente situados no jogo de poder, que se estabelece no interior desta indústria, os quais podem ser citados a ANP; a Petrobras; as empresas privadas, nacionais e estrangeiras; os governos estaduais e os governos municipais. Esses vêm na capital do estado e em sua região as vantagens relativas à localização e a densidade e grau de diversificação das atividades econômicas da Região Metropolitana da Grande Vitória, assim como a infraestrutura portuária e logística já existentes nesta região. Nesse cenário de articulação entre a oferta de serviços urbanos à infraestrutura portuária e aos equipamentos correlatos, atendendo demandas específicas das empresas operadoras, assim como da massa salarial gerada por ela, é factível que haja uma grande atração das empresas e de um contingente populacional em busca de oportunidades.

Os Grandes Projetos Industriais da década de 1970 reconfiguraram o território de Vitória, evidenciando a desigualdade existente entre os atores sociais envolvidos no processo e traduzidos na conformação do espaço urbano e alteração da paisagem. Dentro da repartição das áreas sedimentares brasileiras, a Petrobras é a empresa que detém a maioria dos blocos da bacia do Espírito Santo, associando-se a parceiros privados para explorar as jazidas. A estatal tem se associado, também, a outras grandes empresas locais que lhe darão suporte e viabilidade na extração e produção do petróleo. Os investimentos entre as empresas têm gerado uma expectativa que impõem ao território de Vitória a intensificação do seu processo de metropolização, que pode resultar numa expressiva contribuição ao crescimento acelerado e desordenado que já se verifica, além das demais conseqüências anteriormente verificadas no segundo ciclo econômico do estado.

Tal como observado durante o segundo ciclo econômico, a paisagem urbana de Vitória já se reconfigura com as expectativas do aquecimento econômico trazido pelo petróleo. Todos os dias são anunciados volumosos investimentos em instalação

de novos e promissores empreendimentos que têm em vista, entre outros objetivos, atender às demandas resultantes das atividades petrolíferas. É certo afirmar que o petróleo concentra oportunidades as quais não podem ser ignoradas, e tampouco desperdiçadas. Porém, não é crível que das atividades a ele relacionadas decorrerão espontaneamente melhorias, com a elevação do padrão de vida da população de maneira geral, assim como a potencialização do estado em nível nacional com a superação da sua condição de economia periférica.

O segundo ciclo econômico capixaba demonstrou como a expectativa de crescimento econômico sem um planejamento adequado pode se configurar de maneira desastrosa para o território e aos seus habitantes. A desigualdade na distribuição das riquezas advindas da nova atividade econômica é em parte fruto de um estado que não entende o desenvolvimento sócio-econômico como um processo complexo, que se baseia no acúmulo de competências diversas, e que deve se constituir de maneira dinâmica, pautado sobre uma permanente construção, ou seja, o ciclo de desenvolvimento não deve se fechar, não pode ser concluído, sobretudo o ciclo do petróleo, e sua exploração de natureza finita. Pode-se, por exemplo, prever a criação de fundos de investimentos voltados para a interiorização do desenvolvimento econômico social, até então restrito as cidades da faixa litorânea do estado, com excelência na capital. Em contrapartida, o que se observa na atualidade é a busca pela vocação redentora da condição periférica da economia capixaba, que traduz o pensamento dos gestores e agentes urbanos, no passado, confiantes nos Grandes Projetos Industriais, e hoje, no petróleo.

Referências bibliográficas

- ABE, A. **Grande Vitória: crescimento e metropolização**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1999.
- AJARA, C., NETO, A.F.P. **Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php>>. Acesso em: 13 de maio de 2009.
- CAÇADOR, S. B. **Os impactos dos royalties do petróleo na economia e nas finanças públicas do Espírito Santo e de seus municípios**. 2005. Monografia

(Graduação em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2005.

CARLOS, A.F.A. **São Paulo: dinâmica urbana e metropolização**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano VII, n. 11,12 e 13, p. 77-90, 2003.

CASTELLS, M. **A Sociedade em redes**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

DIAS, F. **Territorialidades: uma outra escala urbana para Vitória**. Minha Cidade n. 179, março 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc179/mc179.asp>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

ENCARNAÇÃO, G. **Petróleo e gás natural no Espírito Santo**. Economia da Energia n. 17, dezembro 1999. Disponível em: <<http://www.ecen.com/eee17/petrgases.htm>>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

FERNANDES; E.S.L., SILVEIRA, J.P. **A reforma do setor petrolífero na América Latina: Argentina, México e Venezuela**. 1999. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/doc/notas_tecnicas/nota_tecnica_anp_005_1999.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

FONT, A. (org.). **La explosión de la ciudad: transformaciones territoriais en las regiones urbanas de la Europa Meridional**. Lisboa: Ministerio de Vivienda e Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya, 2007.

GLÓRIA, P. C. M. **Reflexos da economia petrolífera no ambiente urbano e regional no sul do estado do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 9ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MARINATO, C. F. **Aterros em Vitória: uma história para ser lembrada**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2003.

MIRANDA, C. L.; BISSOLI, D. C.; TAMURE, J. **A Petrobras no litoral do Espírito Santo: petróleo no contexto nacional e internacional**. 2004. Disponível em:

<http://www.mges-brasil.org/portugues/textos.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2008.

PACHECO, C. A. G. **A aplicação e o impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico da Bacia de Campos**. 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2003.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. Tradução: Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, G. & COCCO, G. **Territórios produtivos. Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, G. & MONIÉ, F. **A mobilização produtiva dos territórios. Instituições e logística do desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVESTRE, B. S. **Proximidade geográfica e inovação: evidências da aglomeração industrial de petróleo & gás da Bacia de Campos – Brasil**. *Petróleo, Royalties & Região, Campos dos Goytacazes*, ano 6, n.23, p5-7, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/index.php>>. Acesso em: 11 de maio de 2009.

SILVESTRE, B. S, DALCOL, P.R.T. **Aglomeração industrial de petróleo e gás da região produtora da Bacia de Campos – sistema de conhecimento, mudanças tecnológicas e inovação**. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP*, São Paulo, V.43, n.1, p.84-96, jan./fev./mar.2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/>. Acesso em: 12 de maio de 2009.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano. O caso de Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

TERRA, D. C. T.; GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. **Rendas petrolíferas e aumento das desigualdades intra-urbanas**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 12, 2007, Belém. Anais. Belém: 2007. 1 CD-ROM.